

## Moção

### Reorganização Administrativa- Desagregação das Freguesias de Campo e de Sobrado

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal;

Exmo. Sr. Presidente da Câmara;

Exmos. Vereadores;

Exmos. Membros da Assembleia Municipal;

Público e comunicação social presente;

Desde 2012, que o PS, em Valongo e no País, vem reivindicando a forma como foi executada a Reorganização Administrativa, nomeadamente no que concerne à extinção e agregação de freguesias. Desde o início do processo, o PS desenvolveu todas as iniciativas no sentido de evitar esta concretização, quer nas Assembleias de Freguesia, quer na Assembleia Municipal.

Se numa primeira versão da Lei tudo indicava que não existiriam motivos válidos para qualquer intervenção no Concelho de Valongo, pela sua reconhecida boa Organização Administrativa (5 Freguesias), e porque as Freguesias de Campo e de Sobrado, questões culturais e sociológicas à parte, pareciam conter os critérios necessários à manutenção da sua existência, o facto é que, na versão final da Lei, as populações de Campo e de Sobrado viram-se confrontadas com uma agregação.

Na Lei aprovada, passou a constar esta realidade, a agregação das freguesias de Campo e de Sobrado, contrariamente a tudo que tinha sido demonstração de vontade de eleitores e eleitos, bem como das posições de todos os órgãos autárquicos do Concelho.

Presentemente, foi já apresentada pelo Ministro Adjunto, Eduardo Cabrita, a vontade do Executivo reavaliar, em conjunto com a ANAFRE, caso a caso, o modelo de funcionamento e ponderar eventuais alterações.

Sendo esta uma postura que demonstra abertura para auscultar os órgãos autárquicos, o Concelho de Valongo congratula-se com esta iniciativa do Governo e continuará a pugnar pela desagregação das Freguesias de Campo e de Sobrado, junto de todos os órgãos competentes, cumprindo assim com o que sempre foi a vontade expressa e sentida por parte das suas populações.

Pelo exposto, A Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária em 27 de abril de 2016 deliberou por \_\_\_\_\_ reiterar a defesa da desagregação das Freguesias de Campo e de Sobrado.

Desta deliberação deverá ser dado conhecimento a:

- ANAFRE
- Associação Nacional de Municípios
- Gabinete do Sr. Ministro Adjunto
- Gabinete do Sr. Primeiro Ministro
- Grupos Parlamentares da Assembleia da República

Valongo, 27 de abril de 2016

Grupo Municipal do Partido Socialista,

(Daniela Santos)



Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Valongo

### Saudação ao 1º de Maio

Neste 1º de Maio assinalamos os 130 anos dos acontecimentos de Chicago, uma ação pela redução da jornada de trabalho para as 8 horas e que foi violentamente reprimida pelas autoridades norte-americanas, com a condenação à morte de quatro dirigentes sindicais e o assassinato de dezenas de trabalhadores. Assim nasceu o Dia Internacional do Trabalhador.

No nosso país este 1º de Maio de 2016 tem um significado especial. É o tempo de valorizar o trabalho, combater o desemprego, a precariedade e os baixos salários e pensões, lutar pela efetivação dos direitos individuais e coletivos.

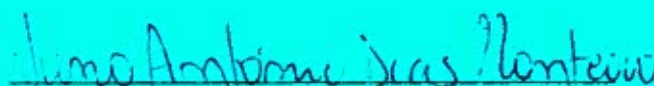
Em 4 anos de aplicação dum programa de “ajustamento” definido por instituições da U.E., os direitos dos trabalhadores foram alvo do maior ataque das últimas décadas. Foram cortados salários e pensões, foi aumentado o tempo de trabalho não pago. Desceu o custo do trabalho. Dados de 2014 indicam que o preço médio da mão de obra por hora (13,1 €) é praticamente metade da média da U.E (24.6€/hora), muito abaixo da França (34,6€), da Bélgica (39,1€), da Alemanha (31,4€) ou da Dinamarca (40,3€). E ocorreu a diminuição brutal do número de trabalhadores abrangidos pela contratação coletiva (de 1.274.032 trabalhadores em 2010 para apenas 194.538 trabalhadores em 2013).

É hora de repor salários e condições de trabalho dignas, combater o trabalho precário e defender e conquistar direitos sociais e laborais. É hora de conseguir as 35 horas por semana para todos os trabalhadores. É hora de dinamizar a contratação coletiva, elemento essencial para dignificar o trabalho.

Assim, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária em 27 de Abril de 2016,

**– Saúda o 1.º de Maio que se aproxima, em nome do futuro que começámos a construir em Abril. O Dia Mundial do Trabalhador será assinalado por jornadas de luta de Norte a Sul para exigir maior recuperação de salários e pensões e o fim da austeridade, enfrentando as imposições da Comissão Europeia, do BCE e do FMI.**

O deputado municipal do BE

  
(Nuno António Dias Monteiro)



## Recomendação

### Herbicidas à base de glifosato

Os herbicidas à base de **glifosato** são largamente utilizados por muitas autarquias (ou pelas empresas concessionárias dos serviços de jardins e ruas, como em Valongo). Usa-se e abusa-se, procurando resolver os problemas de manutenção de espaços com o menor recurso a mão-de-obra e a meios alternativos. Nunca se pensa na saúde humana e muito menos no Ambiente.

Para situar a questão e os motivos desta intervenção, permitam-me que faça uma muito breve introdução ao assunto.

A substância ativa **glifosato** é o herbicida mais vendido em todo o mundo. Há cerca de 120 produtos comerciais à base desta molécula. O mais famoso é talvez o **ROUNDUP**.

A substância ativa **glifosato** foi há poucos meses considerada potencialmente cancerígena pela Agência Internacional de Investigação para o Cancro, da Organização Mundial de Saúde. Certamente que estes organismos, para fazerem tais afirmações e publicarem os relatórios respetivos, procederam a aturados estudos científicos, durante anos.

O Bastonário da Ordem dos Médicos portuguesa manifestou o seu agrado com a publicação deste relatório da OMS e declarou que “os médicos se deparam amiúde com novas doenças e perturbações de origem ainda inexplicada, mas que de algum lado hão-de vir”.

O certo é que resíduos de glifosato ou seus metabolitos, são regularmente detetados em produtos alimentares, nas águas subterrâneas e de superfície, em organismos vivos, um pouco por todo o mundo onde é usado.

A Agência Europeia para a Segurança Alimentar, que era suposto regular o uso de pesticidas, entre outras atribuições, está totalmente alinhada pelos interesses dos gigantescos conglomerados industriais-financeiros que os fabricam e vendem. E assim, prossegue desvalorizando e até ridicularizando as conclusões da OMS. A sua filial portuguesa - A Direção-Geral de Alimentação e Veterinária -, sempre fiel, alinha pela mesma bitola.

A licença que permite usar o glifosato na UE expira a 30 de junho deste ano, mas a Comissão Europeia propôs renová-la até 2031, ou seja, *ad-aeternum*. O Parlamento Europeu diz que quer a renovação da licença por sete anos. Mas o PE é pouco mais que um órgão consultivo. Quem decide é a Comissão. Ponto final.



O Governo português, este ou outro que o tenha antecedido, acha o que lhe mandam achar os de Bruxelas. E já achou. A própria Assembleia da República, com os apoios, as oposições e as abstenções do costume, votou há dias pela manutenção do glifosato no mercado, até ver.

É que o glifosato é barato (relativamente), é fácil e... dá milhões... aos fabricantes, obviamente. **Mas é cancerígeno.**

Este é o contexto.

Que pode a Câmara de Valongo - e também as Juntas de Freguesia - fazer?

O que recomendamos e gostaríamos de ver concretizado, é o **abandono do uso de herbicidas - glifosato ou outros - na manutenção de arruamentos, parques e jardins na área do concelho.** Não trazemos aqui o assunto animados por qualquer vontade de chicana política ou de oposição porque sim. Mas porque se trata de um problema grave de poluição e de saúde pública, e ainda por cima com graves implicações nos seres humanos.

Recomendamos o estudo do problema, sem grandes demoras, e a tomada de uma decisão fundamentada e sustentada, no sentido da sua interdição. Há inúmera informação disponível sobre esta questão. A Câmara pode inclusive, consultar algumas associações ambientalistas.

A recomendação é extensível às Juntas de Freguesia.

Voltaremos a trazer o assunto a esta Assembleia e ao executivo camarário.

Assim, propomos que a AM reunida a 27/04 faça a recomendação acima exposta à CM de Valongo.

27 de abril de 2016

A Coligação Democrática Unitária

Assembleia Municipal de Valongo  
Sessão ordinária de 27-04-2016

Celestino Neves  
(Independente)

---

Invocar o Regimento para formular uma reclamação e apresentar um requerimento

(Nos termos do art.º 31.º - d) e)

Tendo em conta:

1. Que o Regimento é omissivo relativamente à figura "Sessão Solene da Assembleia Municipal";
2. Que o Senhor Presidente deliberou impedir o uso da palavra por parte do deputado independente Celestino Neves na sessão solene comemorativa dos 42 anos de 25 de Abril;
3. Que o Senhor Presidente alegou, na justificação que me apresentou pessoalmente para ter tomado essa decisão, ter acompanhado a posição dos membros da comissão de representantes;
4. Que a referida comissão é, nos termos do Regimento, apenas um órgão de consulta do Presidente;

Requeiro que seja submetida à Assembleia a ratificação da decisão do Senhor Presidente atrás mencionada, ou seja, a de considerar que o deputado independente não tem direito ao uso da palavra neste tipo de cerimónias ou outras equivalentes.

Valongo, 27 de Abril de 2016

(Celestino Neves)

## Tomada de Posição

### Serra Amarela (Alfena) – O espírito do 25 de Abril

No passado dia 22 de abril, no Centro Cultural de Alfena, realizou-se uma reunião de trabalho com os moradores da zona da Serra Amarela (Alfena), na qual a vontade do povo foi superior às pretensões políticas.

Esta situação, relacionada com um “Estudo de Reordenamento Viário das Ruas Serra Amarela, Outeiro, Alexandre Herculano e Travessa Serra Amarela” realizado pelos serviços camarários, foi oportunamente questionada pelo Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, que pretendia discutir a pertinência da operação urbanística em causa, face à preocupação demonstrada por alguns moradores.

Após muita insistência, através de uma moção aprovada por unanimidade nesta Assembleia a 29 de fevereiro, foi possível definir uma data para a realização da reunião de trabalho com a equipa técnica responsável por este estudo. Foi num ambiente de alguma crispação que foram dadas explicações técnicas, as quais foram contestadas por dezenas de pessoas que se sentiam lesadas. Perante a insistência e os argumentos apresentados pelos moradores, o Senhor Presidente da Câmara, que previamente tinha afirmado tratar-se de um trabalho de grande qualidade sobre o qual não iria interferir, viu-se confrontado com uma situação que lhe fez recuar e decidiu abandonar esta pretensão, deitando fora um trabalho construído ao longo de meses.

Quanto teria custado e para que serviu este trabalho?

Que mais não seja, serviu de lição para o Senhor Presidente de Câmara, mas também para todos nós eleitos autárquicos e até para a própria população. Veio demonstrar que o lema “O povo é quem mais ordena” está ainda bem presente nas memórias das pessoas e quando é preciso vir para a rua defender os seus direitos e interesses.

Para evitar situações semelhantes, recomendamos ao Senhor Presidente da Câmara que esteja mais atento às questões que lhe são colocadas, quer por moradores isolados quer pelos seus representantes.

Por fim, saudamos a população da zona da Serra Amarela que nessa noite de 22 de abril de 2016 soube responder ao repto lançado e a três dias de comemorar o dia da Revolução dos Cravos expressou o verdadeiro espírito do 25 de Abril.

Valongo, 27 de abril de 2016

A CDU – Coligação Democrática Unitária / Valongo



## Empréstimo Gratuito de Manuais do 1ºciclo

### Recomendação

A CDU, tal como fez em executivo da CM, propõe que a AM faça a seguinte recomendação à CM:

A AM, reunida a 27 de abril de 2016, recomenda que a Câmara Municipal de Valongo estude a possibilidade de empréstimo gratuito de manuais escolares a alunos do 1ºciclo.

Em alguns concelhos do distrito são oferecidos os manuais escolares. A nossa recomendação é um pouco distinta desta. Inicialmente a CM adquiriria os livros para os alunos que aderissem ao programa de trocas (à exceção do 1ºano, em que estes serão oferecidos pelo ministério da educação). No final de cada ano letivo, os alunos devolveriam os livros, que seriam revistos e entregues a outros alunos do concelho.

A troca de livros é ainda uma prática pouco explorada no concelho, sendo levada a cabo apenas por duas entidades, Vallishabita (com um número residual de trocas) e a Junta de Freguesia de Ermesinde (com alguma capacidade, mas longe do seu potencial). Assim cabe à CM impulsionar esta prática.

27 de abril de 2016

A Coligação Democrática Unitária

Assembleia Municipal de Valongo  
Sessão ordinária de 27-04-2016

Celestino Neves  
(Independente)

---

**Requerimento**

(Sobre os pontos 2.4 e 2.5 da Ordem de Trabalhos)

Tendo em conta:

1. A Recomendação 1/2009 do Conselho da Prevenção da Corrupção;
2. O Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas aprovado em Dezembro de 2009 dando seguimento à referida Recomendação, que determina a elaboração de “relatórios anuais relativos à monitorização das medidas propostas (...)”, bem com efectuar anualmente uma “auditoria externa a cada departamento”;
3. Que em anexo aos documentos 2.4 e 2.5 acima referidos não consta qualquer trabalho de avaliação no âmbito do referido Plano;

Requeiro que os pontos 2.4 e 2.5 sejam retirados da Ordem de Trabalhos a fim de serem devidamente consolidados com relatórios sobre o trabalho desenvolvido, conforme determina o Plano atrás referido.

Valongo, 27 de Abril de 2016

(Celestino Neves)



Bloco de Esquerda  
Assembleia Municipal de Valongo

## Declaração de Voto

Na apreciação desta 2ª Revisão do Orçamento e 1ª Revisão das Grandes Opções do Plano para 2016, apesar de reconhecermos algum esforço no que diz respeito á transparência, não podemos deixar de constatar que continuam a existir rubricas onde ficamos sem saber o que realmente são.

Rubricas como “Actividades Mais Relevantes” , “Outros Serviços”, “Outras despesas correntes”. Sem dúvida que seria ótimo que o termo “Outros” deixasse de fazer parte das palavras utilizadas nos Orçamentos e suas Revisões.

Gostaríamos também de referir que estranhámos os valores apresentados para “Publicidade” e “Estudos, Projectos e Consultadoria” e gostaria que o executivo explicasse melhor estas rubricas.

Temos consciência das dificuldades orçamentais, mas não é isso desculpa para não se fazer mais e diferente.

No Plano Plurianual de Investimentos gostaríamos de ver muito mais do que os dois pontos nesta revisão referidos. O que me leva a voltar a referir o que o BE referiu em 17 de Dezembro de 2015.

Onde estão as metas, nas mais importantes áreas de intervenção, como o ambiente ou a qualidade de vida ou a resposta social ao empobrecimento.

Uma forma concreta que está disponível aos municípios é o compromisso, através do Pacto de Autarcas, de reduzir as emissões de CO2 em 20% até ao ano 2020.

Apesar das repetidas sugestões do Bloco de Esquerda, o Município de Valongo continua a não fazer parte das mais de 6.000 cidades europeias comprometidas no combate às alterações climáticas?

Que mudanças na situação atual pretende fazer o Executivo? E em que espaço de tempo serão concretizadas?

Estas são questões que continuam por responder!

O BE de esquerda votará contra esta revisão do orçamento!

O deputado do BE

*Nuno António Dias Monteiro*

(Nuno António Dias Monteiro)

Assembleia Municipal de Valongo  
Sessão ordinária de 27-04-2016

Celestino Neves  
(Independente)

---

**Declaração de voto de vencido (Art.º 39.º - 3 e 4 do Regimento)**

Voto contra os Relatórios de Prestação de Contas da Câmara e da empresa municipal Vallis Habita relativos ao ano de 2015 (pontos 2.4 e 2.5 de Ordem de Trabalhos) pelas seguintes e principais razões:

- Porque os documentos tecnicamente bem estruturados, mantêm as habituais abstracções relativamente à forma de gerir a coisa pública no nosso Município e permitem que sobre as regras de transparência que devem presidir à mesma se possa pensar tudo e o seu contrário;
- Porque não são acompanhados de nenhuma informação relativamente às acções desenvolvidas no âmbito do '**Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas**' aprovado em 28 de Dezembro de 2009 nem incorporam nenhuma das determinações constantes do seu articulado;

Valongo, 27 de Abril de 2016

(Celestino Neves)





## RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS, E APLICAÇÃO DE RESULTADOS DA VALLIS HABITA DO ANO 2015

Após uma leitura atenta do relatório que aqui nos é apresentado, é notório que a empresa municipal apenas cumpre as suas funções no que se refere à gestão orçamental e à gestão da burocracia inerente aos procedimentos empresariais.

Através dos contratos programa foram realizadas obras nas coberturas dos Empreendimentos de Habitação Social do 1º de maio e Baldeirão II, tendo sido gastos cerca de 10 mil euros, e na manutenção dos polidesportivos de Calvário e Sampaio, tendo sido gastos cerca de 14 mil euros.

O número de habitações recuperadas (30 habitações recuperadas) encontra-se no valor médio de recuperações realizadas desde 2002. (pág. 55)

O número de intervenções de carácter preventivo, por exemplo para limpeza de espaços comuns, foi de 54 intervenções, o que significa que em média cada complexo foi intervencionado 3 vezes no ano de 2015. Imaginem se as ruas centrais de Valongo fossem alvo de varredura 3 vezes no ano. (pág. 65)

A execução anual do plano plurianual de investimentos, realizou mais investimentos do que o previsto, mas com um valor muito insuficiente perante o estado de degradação dos complexos (pág. 73). O que nos permite concluir que, tal como apregoado enquanto oposição pelo PS, espera-se que a empresa municipal faça mais do que aquilo que fez nos anos anteriores, aquando da gestão do PSD. Mas a verdade é que as diferenças não existem.

A habitação social de concelho continua numa crescente de degradação, e a Câmara nada faz para inverter este cenário.

Uma outra questão que queremos salientar é que apesar de a empresa ter implementado um sistema de gestão de qualidade no que concerne aos procedimentos burocráticos, ainda não conseguiu implementar um sistema de qualidade no atendimento que faz aos moradores. Estes continuam a referir que são maltratados pelos funcionários da empresa e que continuam a ouvir da boca desses funcionários frases como “o que é que esperava, isto é para pobre”. Esta situação só pode ser invertida quando a Câmara Municipal entender que não pode ter uma empresa de habitação social que não tenha nos seus quadros assistentes sociais, que façam um acompanhamento de perto das famílias moradoras nos bairros.

Tal como em 2015, continuamos a ter uma empresa que em termos teóricos funciona muito bem, que apresenta novamente um resultado líquido positivo no valor de 6820€, mas que na prática não consegue executar o principal objetivo para que foi criada, a minimização dos problemas e a melhoria da qualidade de vida dos valonguenses que habitam nos EHS.

A Coligação Democrática Unitária

## Relatório e Contas do Município de Valongo do ano 2015

O relatório e contas do Município de Valongo respeitantes ao exercício de 2015 apresentado pelo atual Executivo Municipal podem ser apreciados de diversas formas. Nesta prestação de contas, baseada num orçamento muito restritivo e assente no cumprimento do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) condiciona, por muitos anos, a vida dos munícipes, a expansão de novos recursos e o desenvolvimento de novas atividades, assim como, os possíveis investimentos que o próprio concelho merece.

O contínuo rumo traçado ao longo dos últimos anos, em que se pretendeu privatizar e concessionar diversos serviços municipais, não foi invertido pelo atual executivo. Apesar de muitas advertências e indicações contrárias fundamentadas, não tem existido vontade política para garantir um retorno efetivo de poder negocial à esfera pública, mesmo que faseada, e, desta forma, obter melhores dividendos para os cofres do município e assegurar melhores condições aos munícipes.

Nos últimos orçamentos apresentados têm-se verificado cortes consideráveis. Esta contínua diminuição, apoiada num conjunto de medidas de austeridade impostas e suportadas num contexto de crise económica e financeira, tem provocado muitos constrangimentos e influenciadas as decisões políticas no nosso país e, em particular, o nosso concelho. Mesmo considerando que o orçamento está sujeito a um equilíbrio das contas municipais, por via da adesão ao PAEL, as suas principais fontes de receita resultam da cobrança de impostos e das transferências da Administração Central, atingindo uma taxa de execução superior aos 100%, ultrapassando as expetativas iniciais. Revela a tendência verificada nos últimos anos, de um maior rigor na previsão da receita, aproximando-a da realidade. No entanto, ao nível do plano anual de investimentos e das atividades mais relevantes a execução não foi plena.

Mesmo com este maior rigor previsional, a apresentação de um resultado líquido negativo superior a 1,75 milhões de euros, confirma que ainda não estamos no trilho certo.

Em relação aos recursos humanos, constata-se um novo decréscimo do número de trabalhadores da autarquia, que com o agravamento devido ao envelhecimento e à recusa em contratar novos trabalhadores, tem limitado o desempenho de trabalhos dentro da própria estrutura, obrigando a uma sistemática necessidade de contratações de serviços externos e recurso a desempregados sem vínculo laboral no âmbito das medidas Contrato Emprego-Inserção e Contrato Emprego-Inserção + para suprimir carências de vários setores.



De forma coerente com o que temos afirmado no passado e face à apreciação que fazemos da condução do município de Valongo ao longo dos últimos mandatos, não podemos estar de acordo com o caminho traçado e, por isso, votaremos contra os documentos relativos à prestação de contas do município de Valongo do exercício de 2015.

Valongo, 27 de abril de 2016

A CDU – Coligação Democrática Unitária / Valongo



## Voto de Louvor Parque das Serras do Porto

No pretérito dia 18 tive o prazer de testemunhar pessoalmente, no Museu Mineiro de São Pedro da Cova, em Gondomar, à escritura pública de constituição do Parque das Serras do Porto. É um projeto geracional, para ser desenvolvido ao longo de décadas, visando a requalificação de uma vasta área de cerca de 6 mil hectares nas serras a nascente da cidade do Porto, concretizando uma ideia antiga de 70 anos.

A reter das intervenções dos três presidentes signatários da escritura, Celso Ferreira, Paredes, Marco Martins, Gondomar e José Manuel Ribeiro, Valongo, uma unanimidade de posições com objetivos comuns, considerando o elevado potencial económico, cultural e ambiental da área abrangida, um projeto orientado para valorização e proteção do território, visando igualmente promover a oferta turística da região que, por estar tão próxima da cidade do Porto, tem um potencial que está longe de ser aproveitado.

Um projeto onde, ressaltando a cidadania, é procurada a recuperação do património histórico e cultural e proporciona o ordenamento do território que o Parque das Serras do Porto abrange, sendo também promovida a marca "Porto", não como cidade mas como região.

Mas a ilação mais importante a retirar deste ato é a forma como as "diferenças políticas" podem ser ultrapassadas, quando os políticos, eleitos pelos cidadãos, colocam em primeiro lugar os interesses da população que os elegeram, com o objetivo claro de servir os cidadãos, relegando as cores partidárias para um plano secundário. Foi isto que sucedeu com este projeto.

É altura da classe política se unir para fazer as grandes reformas que o nosso país procura e necessita. A população quer mudança, quer mais desenvolvimento, mais criação de emprego, mais e melhores condições de vida, mais solidariedade. Todos os cidadãos querem ver o nosso país crescer, como nós queremos um Valongo sempre em desenvolvimento.

E isto é possível e está a acontecer no nosso país: primeiro, no atual governo, com união de algumas forças políticas, depois, na nossa região, com a constituição do Parque das Serras do Porto.

Serão estes sinais positivos de mudança? Certamente.

Senhoras e Senhores Deputados,

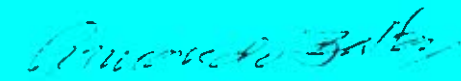
Esta nas nossas mãos, conseguir que isto se transforme numa prática corrente no nosso concelho pois, como li algures, um dia:

*"Dizem que coisas maravilhosas não se conseguem fazer sem a descoberta, com a qual os homens mantêm a fé de que tudo parece impossível até que seja feito"*

Assim, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária do dia 27 de abril de 2016, delibera aprovar um voto de louvor aos presidentes e aos executivos municipais dos três concelhos envolvidos no grande projeto "Parque das Serras do Porto", pela forma como foram capazes de desenvolver um trabalho coletivo em prol da região, colocando este objetivo acima de qualquer diferença de caráter político.

Assembleia Municipal de Valongo, 27 de abril de 2016

O Grupo Municipal do Partido Socialista,



(Armando Gabriel Teixeira Baltazar)



2012

Doc. 13

## VOTO DE CONGRATULAÇÃO E LOUVOR

No passado dia 14 de Março, a Unidade de Saúde Familiar de Valongo obteve o nível “Ótimo” de Acreditação com o Modelo Nacional de Acreditação em Saúde do Ministério da Saúde-DGS segundo o modelo da Agência Calidad Sanitaria Andaluçia, sendo, por isso, a primeira Unidade de Cuidados de Saúde Primários a obter este nível em Portugal e Espanha.

Esta distinção junta-se a outras anteriormente obtidas e que nunca é de mais salientar como:

- Em 2011 - o 1º Prémio Saúde Sustentável em CSP (cuidados de saúde personalizados).
- Em 2013 - o Prémio Saúde Sustentável em CSP
- Em 2014 - o Prémio Kaizen Lean “Excelência no Sector da Saúde” PME.

Estes prémios resultam do trabalho conjugado de uma equipa – responsáveis pela unidade, médicos, enfermeiros, auxiliares de ação médica, administrativos e demais trabalhadores – que, de modo abnegado, todos os dias, desenvolvem com qualidade, mas também com carinho, as suas competências.



Face ao exposto, o Grupo Municipal do PPD/PSD-PPM propõe um voto de congratulação e louvor à Unidade de Saúde Familiar de Valongo e a toda a sua equipa.

Este voto foi aprovado por ....

Da presente deliberação deve ser dado conhecimento à Unidade de Saúde Familiar de Valongo

Pel'O Grupo Municipal do PPD/PSD-PPM

(Rosa Maria de Sousa Martins Rocha)



Doc. 114

Amr

## Requerimento

**ASSUNTO – Requerer à Câmara as declarações de voto dos membros da Câmara ou das atas (ou extratos de atas) que contenham a discussão dos assuntos que vêm à Assembleia Municipal para serem discutidos e votados.**

Considerando que:

- é importante para os membros da Assembleia Municipal saber as razões que estiveram subjacentes às tomadas de posição dos vereadores na Câmara Municipal relativamente aos dossiers que têm que votar;
- o grupo municipal da coligação PPD/PSD-PPM já, em tempos, salientou a importância de conhecer os documentos em que tais posições se consubstanciam;
- até ao momento tal prática nunca ocorreu;
- a opinião dos membros da Assembleia só será verdadeiramente informada se tiver acesso a essa informação;

o Grupo Municipal do PPD/PSD-PPM vem requerer à Ex<sup>a</sup> Câmara Municipal, através da Mesa, que faça acompanhar os documentos que vêm à discussão e votação desta Assembleia após a aprovação do executivo de:

- declarações de voto dos vereadores, se as houver; ou



- extratos das atas - ou das minutas, se as atas ainda não estiverem aprovadas - da Câmara Municipal, que transcrevam a discussão havida.

O Grupo Municipal do PPD/PSD-PPM solicita, ainda, ao senhor Presidente desta Assembleia que tome a seu cargo velar pelo cumprimento do agora requerido.

Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD-PPM

(Rosa Maria de Sousa Martins Rocha)

## Tomada de Posição

### NO 42.º ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO DE ABRIL E 40.º ANIVERSÁRIO DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA

Assinalamos este ano o 42.º aniversário da Revolução de Abril e o 40.º aniversário da Constituição da República. Comemoramos neste dia um Portugal liberto da repressão, censura, prisões e tortura de muitos democratas e patriotas que se bateram pela liberdade e a democracia.

Consideramos que a Revolução de Abril propiciou conquistas políticas, sociais, económicas e culturais que a Constituição da República acolheu e que foram a fonte para um acelerado desenvolvimento do País com uma marcante e galvanizante participação dos trabalhadores e das populações.

Consideramos que a consagração do Poder Local Democrático foi uma das mais relevantes conquistas da Revolução de Abril.

Consideramos, ainda, que os Valores de Abril permanecem bem fundo no ideário dos trabalhadores e do povo português e que a Constituição da República, apesar de ter sido sujeita ao longo dos anos às mais diversas provas de desvirtuamento e descaracterização, continua a consagrar um conjunto de princípios e normas que constituem elementos bastantes para um Portugal de liberdade, democracia, progresso social e económico, desenvolvimento cultural e a paz.

Nesta Assembleia Municipal e por sua iniciativa, realizamos há dois dias a comemoração do 25 de Abril. Comemorações que regressaram a esta nossa casa há 3 anos, após muitos anos de obscurantismo imposto pela direita mais saudosista do passado.

Esta iniciativa merece da parte da CDU, algumas considerações refletivas, para um futuro democrático, mais saudável para todos.

Uma primeira observação vai para o necessário envolvimento de todas as forças representadas, com as suas opiniões e observações diversas, fundamental para uma saudável convivência democrática. Tal aconteceu para todos. Ou quase todos. Para alguém, que, por razões já avaliadas corretamente em sede própria, está limitado na sua condição de eleito municipal, tal não aconteceu. Num dia em que comemoramos a Liberdade, manda o bom senso, pensarmos bem se a atitude tomada tinha que corresponder a uma atitude regimental, talvez desnecessária neste caso, ou se se trata mais de uma pequena retaliação partidária para um seu dissidente de ocasião, que seria desnecessária neste dia de comemoração da Liberdade.

A segunda observação vai para a atitude tomada pelo senhor Presidente da Câmara, ao abocanhar para todos os Senhores Vereadores do PS, mais o Senhor Presidente da AM (porque não tinha mais nenhum Vereador do PS), a entrega de diplomas aos 5 jovens participantes na prova de texto sobre o 25 de Abril. Contrariando palavras proferidas pelo Senhor Presidente da Câmara minutos antes, acerca da transparência, democracia, participação coletiva, leva-nos a concluir que foram apenas palavras de circunstância. De pouco adiantará atirar as culpas para o porteiro...

Estes incidentes só nos fazem ficar mais alerta quanto à importância da não existência de uma maioria absoluta neste Executivo. Se assim não fosse, e como fica demonstrado com este pequeno exemplo, como estaríamos nós quanto às atitudes de transparência democrática de quem tem na sua mente, a atitude do quero, posso e mando.

Apesar de tudo, como pensamos positivo, e apesar de encenações ocasionais: Viva o 25 de Abril.

Valongo, 27 de abril de 2016

A CDU – Coligação Democrática Unitária / Valongo

## Tomada de Posição

### **Campo de Sonhos – Uma história mal contada**

Começa a ser possível descortinar a possibilidade de um final feliz para o Ermesinde Sport Clube 1936, mas não só.

Ao longo de vários anos fomos assistindo a um desenrolar de esquemas estranhos para a solução do problema. A partir de certa altura percebeu-se que, interesses complexos estariam por detrás de um negócio, que à escala da Freguesia de Ermesinde e do Concelho de Valongo, significaria um razoável rombo para as finanças municipais.

E não era só os valores em euros que estariam em causa. A determinada altura, o anterior poder na Câmara Municipal, aceitava como normal e natural a eliminação do espaço desportivo nos Montes da Costa, como forma de pagamento, permitindo construção para esse local, em troca de um muito bem pago valor de indemnização para os donos do espaço, no atual Campo de Sonhos. Que eram exatamente os mesmos.

Por isso, dizemos acima, "um final feliz para o ESC1936, mas não só". Significa que, para além da significativa diminuição dos valores que iriam ser utilizados pela autarquia, quando pensou na expropriação do Campo de Sonhos, evidencia que se irá manter, também, o espaço dos Montes da Costa e toda a zona envolvente, área essa, alvo de uns certos interesses construtivos.

De uma penada, como defendíamos, beneficiará o ESC1936 e a população de Ermesinde que continuará a contar com aquele espaço para a prática desportiva.

Daí, ficará para história que começa a desenhar-se o seu trajeto final:

Na 1ª proposta da Câmara Municipal, aprovada por PSD, PS e Coragem de Mudar), pretendia-se avançar para uma negociação através da avaliação do terreno em 1 milhão e 200 mil euros, correspondendo ao valor do terreno do campo nos Montes da Costa mais 300 mil euros em dinheiro.

Neste atual mandato de presidência PS, foram mantidos como proposta ao proprietário do campo de Sonhos, os mesmos valores: 300 mil euros em dinheiro, mais dois talhões avaliados no mesmo valor do campo dos Montes da Costa, o que perfazia o mesmo valor de 1 milhão e 200 mil euros.

Na 2ª proposta deste mandato, e já numa perspetiva de expropriação do terreno do Campo dos Sonhos, na consideração de estatuto de interesse público pelo atual Executivo, a avaliação apresentada, eleva-se a um valor de 350 mil euros. Registe-se que já é sem o terreno de jogos dos Montes da Costa.

Mas entretanto, surge uma 3ª avaliação, desta feita por indicação do DGAL (Direção Geral das Autarquias Locais), que informa a Câmara Municipal que o terreno de capacidade construtiva e para os fins que se propunha, utilidade pública, estava demasiado empolado e indica um valor de 154 mil euros.

É espantoso! Ter-se perdido tempo na solução definitiva do problema que tem constituído para o ESC1936, com todos os efeitos negativos para a sua competitividade, mas também na formação das camadas dos nossos jovens.

Mas, após a solução encontrada, poderemos dizer, porque sempre o defendemos correndo riscos de caminhar contra certos populismos futebolísticos, de que ficará a ganhar a Freguesia, que manterá 2 espaços para a prática desportiva e o Município que ainda verá sobrar uns bons milhares de euros para investimentos futuros num espaço muito mais digno para a prática desportiva.

Valongo, 27 de abril de 2016

A CDU – Coligação Democrática Unitária / Valongo

## Tomada de Posição

A ignorância dos factos, e a utilização do 'maí fe', e a ânsia de concessões "providentes", leva a que se elaborem leis inócuas.

Demétrio Alves, demitiu-se de Presidente da Câmara Municipal de Loures, quando foi aprovada a divisão de Loures e Odivelas, em dois Concelhos.

Demétrio Alves não concordou, saiu, independentemente do deslucido do DEP.

Adão Brito, então Vereador dos Serviços Municipais de Loures, assumiu a sua Presidência.

Nas eleições seguintes o PS ganhou a Câmara Municipal de Loures.

Até 2013.

P/CDU  
Adelino Soares